A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO: PARA A JUSTIÇA NÃO TARDAR

Ana Claudia Fernanda Medina Gomes ¹, Rachel Lopes Queiroz Chacur ²

¹ Discente, ² Docente da Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE

RESUMO

O acesso à justiça constitui um verdadeiro sistema de interpretação e análise das normas que cuidam da composição dos conflitos humanos, seja institucionalmente através de um processo judicial ou por meio da deformalização das controvérsias, segundo enfatiza Ada Pellegrini Grinover. Acrescenta que a dimensão ampla do acesso a Justiça, para Kazuo Watanabe se denomina *a ordem jurídica justa*.¹ Diante dessas constatações, erigiu-se como direito fundamental a defesa como direito fundamental a defesa da lesão ou ameaça de lesão ao direito por força do artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal. Sem maior esforço constata-se que o legislador originário atentou para um fator informativo da tutela jurisdicional para o qual antes não se dava maior vista: o tempo. De fato, a proteção que o ordenamento quer assegurar é não só àquela já ocorrida (a lesão propriamente dita), como também a que em vias ou sob o risco de acontecer.² Assim, o acesso de todos à justiça, constitui uma garantia constitucional consubstanciada no art. 5º, XXXV da Constituição Federal, o qual preceitua de que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”. Este acesso em seu sentido institucional significa o direito de socorrer-se do Poder Judiciário na busca de solução de um conflito de interesse.

Palavra-chave: Acesso à Justiça – Judiciário – Conflitos

REVISÃO DE LITERATURA

O acesso à justiça não se resume apenas na concepção genérica processual-constitucional. Seria esta de enorme pobreza valorativa, visto que na verdade quem recorre ao Poder Judiciário confia que ele é uma instituição, que tem por objeto ministrar a justiça como valor Maior. O Poder Judiciário não meramente satisfaz a solução de lides, de um ponto de vista puramente processual. Os fundamentos constitucionais exigem que se aprofunde na apreciação da lesão ou ameaça do direito para efetivar um julgamento *justo* do conflito.³ Assim, o acesso à justiça não se resume na mera faculdade de recorrer ao Poder Judiciário, desse mesmo dispositivo emana o chamado *princípio da proteção judiciária* também conhecido como *princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional*, que por ser rico de conteúdo valorativo, constitui a principal garantia dos direitos subjetivos. E este, por sua vez funda-se no princípio da separação de poderes, que é reconhecida na doutrina como garantia das garantias constitucionais, enquanto o

¹ GRINOVER, apud RODRIGUES, Geisa de Assis. **Juizados Especiais Cíveis e ações coletivas**. 1ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 03.

² JUNIOR, Nelson Nery; WAMBIER. Tereza Arruda Alvim. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2003, p. 260.

³ SILVA, José Afonso da. **Poder Constituinte e Poder Popular; Estudos sobre a Constituição**. 1ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p. 150.

Poder Judiciário que detém o monopólio da Jurisdição e principalmente o poder regulamentação e fiscalização dos demais poderes.

Vê-se, portanto, que a Constituição instituiu inúmeras garantias dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana. A primeira garantia que o texto revela é que compete ao Poder Judiciário, o monopólio da Jurisdição. A segunda garantia consiste na possibilidade de se invocar a atividade jurisdicional sempre que se tenha como lesado ou simplesmente ameaçado um direito, individual ou não, público ou subjetivo.

Não se assegura apenas o direito de agir, o direito de ação. Invocar a jurisdição para a tutela de direito é também direito contra quem se propõe à ação. Garante-se a plenitude da defesa, agora mais incisivamente no inciso LV do artigo 5º da Constituição Federal.

Acrescenta-se ao texto, agora à ameaça de direito, pois possibilita o ingresso em juízo para assegurar os direitos simplesmente ameaçados. Desta forma, a Constituição Federal amplia o direito de acesso o judiciário, antes da concretização da lesão.⁴

Em igual medida, expressiva é a garantia consoante do artigo 5º parágrafo 1º, em que as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais possuem aplicação imediata consagrando a vinculação positiva das autoridades públicas às normas e no que tange ao Poder Judiciário cumpre-lhe aplicar as normas constitucionais em matéria de Direitos Fundamentais. Entretanto, vamos aqui ater-nos ao Princípio do Direito de Ação.

Escreveu José Afonso da Silva sobre a aplicabilidade das normas constitucionais:

São de aplicabilidade imediata porque são dotadas de todos os meios e elementos necessários para sua executividade. No dizer clássico, são autoaplicáveis. As condições gerais para essa aplicabilidade são a existência apenas do aparato jurisdicional, o que significa: aplicam-se só por ser normas jurídicas, que pressupõe no caso, a existência do Estado e de seus órgãos.⁵

Conclui-se, portanto que o acesso a justiça é uma garantia fundamental que por força do parágrafo 1º, do artigo 5º tem aplicação imediata, por ser norma constitucional de eficácia plena⁶.

No entanto, a apreciação da lesão ou ameaça de direito revela-se ainda o conteúdo jurídico da norma, do artigo 5º, XXXV. Em que o Poder Judiciário aprecia emitindo um juízo de

⁴ SILVA, José Afonso da. **Poder Constituinte e Poder Popular; Estudos sobre a Constituição**. 1ªed., São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p. 154.

⁵ SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3ªed., São Paulo: Malheiros Editores, 1998, p. 102.

⁶ São de eficácia plena por incidirem diretamente sobre os interesses a que o constituinte quis dar maior expressão normativa.

valor, quando isso acontece tem-se um julgamento, pelo qual, se decide o sentido do objeto sob apreciação.

Dessa forma a apreciação pelo Poder Judiciário traduz-se em uma decisão que define se houve ou não a ameaça do direito, se há ou não a ameaça do direito alegado pela pessoa ou coletividade que recorreu ao Poder Judiciário.

No mesmo diapasão o ensinamento de Carmen Lúcia Antunes Rocha: *A apreciação não é mera referência constitucional, é direito fundamental, individual e coletivo.*⁷

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que o direito de acesso à justiça, consubstanciado no dispositivo em comentário, não pode e não deve representar apenas o direito formal de invocar a jurisdição, mas o direito de obter uma decisão justa. Não fosse assim, aquela apreciação seria vazia de conteúdo valorativo, uma vez que, hoje a constituição contempla não só os direitos individuais, como também os difusos e coletivos abrangidos pelo direito de ação.

Desse modo, taxas judiciárias excessivas e negação de acesso ao Judiciário ou péssimo gerenciamento institucional finda em obstáculo ao acesso à justiça, entende-se ser fatores que levam a uma situação de inconstitucionalidade por ofenderem os princípios, ora aqui estudados, em particular o *PRINCÍPIO DA PLENITUDE DO ACESSO À JUSTIÇA*

Assim também, a questão do tempo, o qual é um inimigo contra o qual os operadores do direito lutam desesperadamente, no intuito de dar a resposta judicial o mais rápido possível. Por outro lado, esse decurso natural do tempo do processo é tido como um óbice contemporâneo do processo na análise do binômio custo-duração. Tendo que cumprir ritualismos impostos pela lei, os juízes e funcionários da justiça com essa obediência procedimental postergam no tempo a solução judicial. Essa demora, porém, cuja responsabilidade pode ser imputada em grande parte ao cumprimento de solenidades processuais, mercê da falta de estrutura do Judiciário, motivou no limiar do novo século, a “busca de uma forma diferenciada de prestação jurisdicional”, onde o juiz pudesse, mediante compressão procedimental e cognição sumária, atender a essa nova “cultura” da celeridade que se formou em confronto com o valor segurança solucionando o conflito em prazo breve, provendo o quanto possível “bem e depressa”.⁸ Destarte, a busca por uma tutela diferenciada representava solução imedialista, sem o enfrentamento necessário da causa base, qual seja o excesso ritualismo responsável pela demora da prestação jurisdicional.

⁷ ROCHA, apud SILVA, José Afonso da. **Poder Constituinte e Poder Popular; Estudos sobre a Constituição**. 1ªed., São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p.155.

⁸ BATISTA, Weber Martins. Juizados Especiais Cíveis E Criminais E Suspensão Condicional Do Processo Penal. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 03.

Na lição de João Batista Lopes: “Tutela jurisdicional diferenciada é o conjunto de instrumentos e modelos para fazer o processo atuar pronta e eficazmente, garantindo a adequada proteção dos direitos segundo os princípios, regras e valores constantes da ordem jurídica”.⁹

Portanto, as tutelas jurídicas diferenciadas devem situar-se como contrapartida do direito à adequada tutela jurisdicional, que representa numa análise mais perceptível da realidade, concretização do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, inscrito no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal, cuja finalidade não é apenas a de assegurar o acesso formal aos órgãos judiciários, mas sim o acesso à Justiça que propicie a efetiva e tempestiva proteção contra qualquer forma de denegação da justiça e também acesso à ordem jurídica justa.

Assim, informado pelo princípio moderno da efetividade do processo, impunha-se ao processo desembaraçar-se de suas amarras burocráticas.

Observou-se que esses ritualismos antes de serem uma garantia para as partes, na realidade incorriam no “engessamento” do Poder Judiciário, com o escopo de limitar a atuação técnica politico-judiciária do juiz, sendo que esta valorização do elemento declaratório da sentença, que possibilitaria a cognição e execução de suas próprias decisões na mesma relação processual, alcançando a efetividade da Tutela Jurisdicional.¹⁰

Destarte, prosperaram, sob a inspiração da efetividade, movimentos de deformalização do direito e do processo, em geral, contrariando a complexidade do tecnicismos, o qual obstava o acesso à justiça. Sob essa ótica, desenvolveu-se aqui e alhures uma nova concepção desse comando constitucional, segundo o qual o monopólio da jurisdição implica criar condições efetivas de um acesso ao Judiciário, onde a garantia maior não seduza apenas enquanto letra morta e fria, relaxada no texto constitucional.

CONCLUSÃO

À luz do princípio do acesso à justiça consagrado no artigo 5º, XXXV da Constituição Federal que tem como corolário o direito impostergável à adequada tutela jurisdicional não se assegura apenas o direito de agir, o direito de ação. O direito de acesso a Justiça, como se vê pelas considerações supra, está resolvido no ponto de vista jurídico-constitucional. No entanto, acesso à justiça não é só uma questão jurídica formal, mas é também e especialmente um problema econômico-social. De sorte que sua real aplicação depende de vários obstáculos de

⁹ LOPES, João Batista. **Tutela Antecipada No Processo Civil Brasileiro**, São Paulo: Saraiva, 2001, p.30.

¹⁰ BATISTA, Weber Martins. **Juizados Especiais Cíveis E Criminais E Suspensão Condicional Do Processo Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 06.

caráter material, para que se possa gozar inteiramente do princípio de uma justiça igual para todos.

Entretanto, o princípio da igualdade da Justiça só será respeitado, no sentido atual, se o juiz perquerir a idéia de igualdade real, que busca realizar a igualização das condições dos desiguais em consonância com o postulado da justiça concreta, não simplesmente da justiça formal. Sendo necessário que ambas as partes encontre-se em condições de paridade e meramente jurídica e teórica, senão que exista entre elas uma efetiva paridade prática, o que quer dizer paridade técnica e também econômica. Nesse sentido, percebeu o legislador a desigualdade econômica dos litigantes como barreira à obtenção desse acesso, estimulando soluções capazes de reduzir os custos, senão isentá-los, superando quiçá, um dos mais cruciais problemas da sociedade hodierna.

Nessa concepção de um processo justo, o clássico direito de ação se transforma num direito de projeção social, não apenas como meio de recorrer ao Poder Judiciário para a defesa dos direitos individuais, mas para o estabelecimento de um verdadeiro direito material da justiça, que requer a remoção dos obstáculos econômicos e sociais que impedem o efetivo acesso à jurisdição. Em resumo, a questão dramática do acesso a o princípio da Justiça consiste precisamente na desigualdade de condições materiais entre litigantes, que condicionam profunda injustiça àqueles que, defrontando-se com litigantes afortunados e poderosos, ficam na impossibilidade de exercer seu direito de ação e de defesa. Vale dizer, que um dos obstáculos sociais que impedem o acesso à justiça está também na massa da população a respeito de seus direitos. Isto é, uma questão de educação, que promova o pleno desenvolvimento da pessoa e a prepare para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho como determina formalmente o artigo 205 da Constituição Federal, mas que infelizmente na prática não consegue se efetivar. Estamos conscientes de que o Poder Judiciário, como instituição pública governamental, não vem correspondendo às necessidades da hora presente carecendo de profunda Reforma. Talvez precise mais ainda de ser repensado, para que passe a exercer novo papel histórico, desencastelando-se, para saciar a fome de justiça àqueles que não têm condições de ir a suas salas e palácios.

Nesse sentido, a generalização dos Juizados Especial Cível e Criminal, com base na Lei 90099/95 constitui um importante avanço, não só pela prestação jurisdicional rápida, mas, sobretudo, por que geram uma ponderável reflexão sobre a função social do juiz e a mudança de mentalidade dos Tribunais. Contudo, não basta, porém, o poder público oferecer serviços de

assistência jurídica aos necessitados para que se efetive na prática o direito de acesso à justiça, isto quando oferecem os serviços aos jurisdicionados. Enquanto, não forem criadas condições econômicas e sociais indispensáveis ao gozo dos direitos fundamentais, sempre haverá dificuldades para implementação do princípio da justiça igual para todos por que a relação de injustiça encontra-se na própria configuração da ordem social. Uma ordem social injusta jamais poderá produzir um processo justo, nem por certo um sistema judicial que enseje solução justa dos conflitos de interesses. Assim, o Poder Judiciário deve ser sede da Cidadania e Jurisdição, substituindo tecnicismos e ficções legais por formalidades simples e normas processuais ágeis como as trazidas pela Lei 9099/95. Tendo em vista que um pouco de formalidade é absolutamente necessário para a proteção dos direitos e a realização de um julgamento justo, no entanto, o excesso de tais formalidades acaba resultando na violação do direito a uma sentença em tempo hábil e julgamento justo.

Portanto, qualquer reforma do Judiciário há de estar fundamentada na ampliação do acesso da cidadania à justiça, da melhoria dos serviços e principalmente na realização de um processo justo. Caso contrário não passará de um novo engodo para o povo.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Weber Martins. **Juizados Especiais Cíveis E Criminais E Suspensão Condicional Do Processo Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 03 e 06.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Procedimentos Especiais**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRINOVER, apud RODRIGUES, Geisa de Assis. **Juizados Especiais Cíveis e ações coletivas**. 1º ed., Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 03.

LOPES, João Batista. **Tutela Antecipada No Processo Civil Brasileiro**, São Paulo: Saraiva, 2001, p. 30.

MEDINA, Jose Miguel Garcia. **O prequestionamento nos Recursos Extraordinários e Especial: e outras questões relativas a sua admissibilidade e ao seu processamento**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

NERY JUNIOR, Nelson; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e outros meios de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2003, p. 260.

REVISTA DE PROCESSO. *A busca da efetividade do processo*. Francisco Barros Dias. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 97, jan.-mar. 2000. p. 213.

REVISTA DE PROCESSO. *A democratização da justiça*. Fátima Nancy Andrichi. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 88, out.-dez. 1997. p. 185.

REVISTA DE PROCESSO. *Efetividade e instrumentalidade. Estruturação processual: caminhos de uma reforma*. Roberto Rosas. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 85, jan.-mar. 1997. p. 212.

REVISTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. Brasil - *Doutrina e Jurisprudência*. Publicação Oficial FONAJE – Fórum Nacional de Juizados Especiais Cíveis. Ano 13, jul/set de 2008. ISSN 1413.8476. Editora Fiúza, São Paulo.

REVISTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. Brasil - *Doutrina e Jurisprudência*. Publicação Oficial FONAJE – Fórum Nacional de Juizados Especiais Cíveis. Ano 13, jul/set de 2008. ISSN 1413.8476. Editora Fiúza, São Paulo.

REVISTA DOS TRIBUNAIS. *O acesso ao Poder Judiciário*. Joel Dias Figueira Júnior. n. 686- dez. 1992. p. 19.

REVISTA JURÍDICA CONSULEX - ano XI – nº245-31 de março/2007.

REVISTA JURÍDICA CONSULEX. *Fatores determinantes da efetividade do processo (celeridade, imparcialidade)*. José Olivar de Azevedo. Ano, VI, nº 134, 15 de Ago. de 2002, p. 21.

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA – RTJE. *A efetividade do processo e a reforma processual*. Sálvio de Figueiredo Teixeira. São Paulo: Jurid Vellenich, vol. 153, out. 1996.

ROCHA, apud SILVA, José Afonso da. **Poder Constituinte e Poder Popular; Estudos sobre a Constituição**. 1ªed., São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p.155.

ROCHA, apud SILVA, José Afonso da. **Poder Constituinte e Poder Popular; Estudos sobre a Constituição**. 1ªed., São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p.155.

SILVA, José Afonso da. **Poder Constituinte e Poder Popular; Estudos sobre a Constituição**. 1ªed., São Paulo: Malheiros Editores, 2000, p. 150, 154 e 155.

Aplicabilidade das normas constitucionais. 3ªed., São Paulo: Malheiros Editores, 1998, p. 102.

TALAMINI, Eduardo; WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil V. 3: processo cautelar e procedimentos especiais**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.